

Fórum indicou as prioridades

BELO HORIZONTE – A política que o secretário Murílio Hingel pretende implantar em Minas reflete as resoluções do fórum de educação que dirigiu no semestre passado, durante a campanha eleitoral. Os debates realizados nas principais cidades do interior mineiro mostraram, segundo Hingel, insatisfação com o "autoritarismo" na implantação de medidas na área educacional.

Avaliações feitas pelo Ministério da Educação em 1995 e 1997 apontaram Minas como o estado com a melhor educação pública do país. "Minas está um pouquinho melhor do que os outros na área educacional, mas isso não significa que está bem", questiona Hingel. "Esqueceu-se um ponto fundamental na educação, que é a democratização das oportunidades".

Hingel reclama também dos problemas financeiros que encontrou, como o atraso nos repasses do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef) às 814 prefeituras que aderiram à municipalização do ensino. Desde outubro passado, a Secretaria da Fazenda não transfere aos municípios os recursos do Fundef enviados pela União. "Trata-se de uma apropriação indébita", acusa o novo secretário. A regularização desses pagamentos, avisa ele, terá de passar por uma renegociação da dívida com as prefeituras.

Outro problema herdado do governo passado são os débitos com fornecedores, entre os quais a Cemig, a Telemig e a Copa, a estatal de águas e esgotos. "Recebi informações sobre cortes de luz em escolas do interior", diz o secretário. Os aluguéis em atraso somam R\$ 2 milhões. O maior deles é o aluguel de R\$ 120 mil por mês do prédio onde funciona a secretaria, na Savassi, bairro nobre da capital. O aluguel está atrasado há cinco meses e Hingel optou por transferir a secretaria para instalações próprias da secretaria na Gameleira, na periferia da cidade.

O esforço para a redução de despesas também incluirá dispensa de funcionários em excessos. "Não tem outra alternativa", alega o secretário. Serão cortados cerca de um terço dos 1.600 funcionários da secretaria na capital e outro um terço dos 4.500 lotados nas superintendências regionais. Também será reexaminada a questão dos professores colocados em disponibilidade para trabalhar nas Apaes, entidades que suprem o papel do estado na assistência aos deficientes físicos. Hingel acha importante essa colaboração mas suspeita que seja demasiado o número de 2.500 professores emprestados às entidades. (T.B.)